



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ACTA NÚMERO 43/XIII/ 1.ª SL

Aos 29 dias do mês de junho de 2016, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

Audição regimental do Senhor Ministro das Finanças nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

II Parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 37, 38 e 39 relativas às reuniões dos 25 e 31 de maio e 1 de junho de 2016;
2. Apreciação e votação das notas de admissibilidade das seguintes petições pendentes:
 - Petição n.º 16/XIII (1.ª), da iniciativa de Ricardo Alexandre Cardoso Rodrigues - Abastecimento das Instituições de Apoio Social através do Produto do Aproveitamento das refeições e alimentos (entre outros bens) de estabelecimentos comerciais.
 - Petição n.º 18/XIII (1.ª), da iniciativa de Ricardo Alexandre Cardoso Rodrigues - Pacote de medidas políticas anti pobreza e exclusão social. É proposta a admissibilidade de ambas as petições e o seu arquivamento sequencial por as pretensões do peticionário estarem, salvo melhor opinião, satisfeitas. Não há assim, lugar à designação dos respetivos deputados relatores.
3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 94/XIII (1.ª) (BE) - Elimina a obrigatoriedade de apresentação quinzenal dos desempregados (alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, 3 de novembro)
Deputada autora do parecer: Carla Barros (PSD);
4. Definição da metodologia relativa aos Projetos de Lei n.ºs 174/XIII (PAN) e 176/XIII (BE), que baixaram à CTSS sem votação em 22 de abril por 40 dias;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ACTA NÚMERO 43/XIII/ 1.ª SL

5. Definição da metodologia relativa às iniciativas legislativas apresentadas pelo GP do CDS-PP que baixaram à CTSS sem votação em 5 de maio por 30 dias [9 Projetos de Lei n.ºs 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201 e 202/XIII (1.ª) (CDS-PP)];
6. Definição da metodologia relativa às iniciativas legislativas apresentadas pelo GP do CDS-PP que baixaram à CTSS sem votação em 2 de junho por 45 dias [2 Projetos de Lei n.ºs 244 e 248/XIII (1.ª) (CDS-PP) e dos 8 Projetos de Resolução n.ºs 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342 e 343/XIII (1.ª) (CDS-PP)];
7. Outros assuntos.

I Parte

Audição regimental do Senhor Ministro das Finanças nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD), que presidiu à reunião, deu as boas vindas ao Senhor Ministro das Finanças (Mário Centeno) e à Senhora Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público (Carolina Ferra), bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrou a audição no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, após o que deu a palavra ao Senhor Ministro das Finanças, que efetuou uma breve alocução inicial.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra durante oito minutos os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), Wanda Guimarães (PS), Joana Mortágua (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Rita Rato (PCP), tendo o Senhor Ministro das Finanças respondido individualmente às questões colocadas.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ACTA NÚMERO 43/XIII/ 1.ª SL

No âmbito da segunda ronda, intervieram durante cinco minutos os Senhores Deputados Pedro Roque e Carla Barros (PSD), Ricardo Bexiga (PS), José Soeiro (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP), Jorge Machado e Rita Rato (PCP). O Senhor Ministro das Finanças usou então da palavra para responder ao conjunto das questões colocadas.

Na terceira ronda, intervieram durante três minutos os Senhores Deputados Álvaro Batista (PSD), Inês Lamego (PS), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Rita Rato (PCP). O Senhor Ministro das Finanças respondeu em conjunto aos Deputados que usaram da palavra.

O Senhor Presidente, ao dar por concluída a audição, agradeceu ao Senhor Ministro das Finanças e à Senhora Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público a presença e os esclarecimentos prestados.

A audição foi gravada em suporte vídeo, o qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a sua gravação vídeo, podem ser consultadas na [Página internet](#) da Comissão.

II Parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 37, 38 e 39 relativas às reuniões dos 25 e 31 de maio e 1 de junho de 2016;

Submetidas à votação, foram as três atas supra identificadas aprovadas por unanimidade.

2. Apreciação e votação das notas de admissibilidade das seguintes petições pendentes:

- Petição n.º 16/XIII (1.ª), da iniciativa de Ricardo Alexandre Cardoso Rodrigues - Abastecimento das Instituições de Apoio Social através do Produto do Aproveitamento das refeições e alimentos (entre outros bens) de estabelecimentos comerciais.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ACTA NÚMERO 43/XIII/ 1.ª SL

- Petição n.º 18/XIII (1.ª), da iniciativa de Ricardo Alexandre Cardoso Rodrigues - Pacote de medidas políticas anti pobreza e exclusão social.

O Senhor Presidente lembrou que, sendo proposta a admissibilidade de ambas as petições e o seu arquivamento sequencial por as pretensões do peticionário estarem, salvo melhor opinião, satisfeitas, não há lugar à designação dos respetivos deputados relatores. Submetidas à votação, foram as respetivas notas de admissibilidade aprovadas por unanimidade.

3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 94/XIII (1.ª) (BE) - Elimina a obrigatoriedade de apresentação quinzenal dos desempregados (alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, 3 de novembro)

Deputada autora do parecer: Carla Barros (PSD);

A Senhora Deputada Carla Barros apresentou de forma sucinta o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 94/XIII (BE), e agradeceu aos serviços a elaboração da respetiva Nota Técnica. Usou de seguida da palavra o Senhor Deputado José Soeiro (BE) que, felicitando-a pela elaboração daquele parecer, registou que a aprovação daquela iniciativa legislativa permitiria uma poupança na ordem dos 3 milhões de euros, que são pagos às juntas de freguesia pelo IEFP para prosseguirem o disposto na lei a respeito da obrigatoriedade de apresentação quinzenal dos desempregados.

Submetido à votação foi o parecer aprovado por unanimidade.

4. Definição da metodologia relativa aos Projetos de Lei n.ºs 174/XIII (PAN) e 176/XIII (BE), que baixaram à CTSS sem votação em 22 de abril por 40 dias;

Foi deliberado por consenso remeter estas iniciativas legislativas para serem votadas, na generalidade, em Plenário, na próxima sexta-feira.

5. Definição da metodologia relativa às iniciativas legislativas apresentadas pelo GP do CDS-PP que baixaram à CTSS sem votação em 5 de maio por 30 dias [9 Projetos de Lei n.ºs 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201 e 202/XIII (1.ª) (CDS-PP)];



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ACTA NÚMERO 43/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) propôs a constituição de um grupo de trabalho para apreciar aquelas iniciativas legislativas mas verificou-se não haver consenso para tal, designadamente por parte do GP do PS.

6. Definição da metodologia relativa às iniciativas legislativas apresentadas pelo GP do CDS-PP que baixaram à CTSS sem votação em 2 de junho por 45 dias [2 Projetos de Lei n.ºs 244 e 248/XIII (1.ª) (CDS-PP) e dos 8 Projetos de Resolução n.ºs 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342 e 343/XIII (1.ª) (CDS-PP)];

O Grupo de Trabalho – Envelhecimento Ativo proposto pelo GP do CDS-PP foi aprovado por unanimidade, cabendo a coordenação ao GP do PSD.

7. Outros assuntos.

O Senhor Presidente partilhou algumas informações que reputou de importantes relativas à última Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, das quais destacou as seguintes três: em primeiro lugar, informou que o Senhor Presidente da Assembleia da República considera imprescindível a aprovação de uma única posição em relação às mesmas matérias, designadamente quando estão em causa projetos de resolução; em segundo lugar, foi feito o ponto da situação em relação às petições pendentes e solicitado um esforço para que não se verifiquem atrasos; em terceiro lugar, disse que gerou muita polémica a interpretação das competências materiais das Comissões relativamente à apresentação do novo modelo de escrutínio.

Relativamente ao GT Trabalho Forçado, o Senhor Presidente informou que o seu Coordenador, Deputado Luís Soares (PS), propôs hoje por e-mail remetido aos coordenadores uma reunião para o dia de amanhã, após plenário. Lembrou que aquele GT ainda não foi constituído. Integram-no os Deputados Clara Marques Mendes (PSD), José Soeiro (BE), Tiago Barbosa Ribeiro e Luís Soares (PS). A Deputada Rita Rato (PCP) informou naquela reunião que também o integra, estando em falta o representante do CDS-PP.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ACTA NÚMERO 43/XIII/ 1.ª SL

A reunião foi gravada, constituindo a gravação áudio parte integrante da presente ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 julho 2016.



O PRESIDENTE

FELICIANO BARREIRAS DUARTE



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ACTA NÚMERO 43/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Inês Lamego
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Helga Correia
Ivan Gonçalves
Joana Mortágua
José António Silva
José Silvano
Laura Monteiro Magalhães

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

Filipe Lobo D' Ávila

